

O impacto da audiência de custódia na atuação da Polícia Militar.

RESUMO

Palavras-chave:
Audiência de Custódia.
Segurança Pública.
Prisões em flagrante.
Polícia Militar do Estado de Goiás.

O presente artigo buscou identificar quais os reais impactos ocasionados pelas audiências de custódia na Segurança Pública do Estado de Goiás, bem como demonstrar dados estatísticos das decisões tomadas pelo magistrado em tais audiências. Estes dados foram levantados através de pesquisa realizada junto a 7ª vara criminal de Goiânia responsável por realizar as audiências na capital, bem como junto ao Observatório de Segurança Pública do Estado de Goiás. Constatou-se que cerca de 55% das prisões em flagrante realizadas no primeiro trimestre de 2018 foram convertidas em liberdade provisória. Esse fator por vezes geram a desmotivação dos policiais que lidam diariamente com a criminalidade, além disso é importante destacar que há uma política de desencarceramento, onde devido à falta de estrutura no sistema prisional brasileiro por vezes busca-se desagrar a situação atual dos presídios. Foi possível analisar que em curto lapso temporal há um alto índice de prisões em flagrante e constatar características, perfil e demais aspectos acerca das audiências. A pesquisa demonstra-se importante, uma vez que evidencia as peculiaridades do instituto e os desfechos das decisões dos magistrados. É importante discutir o assunto, pois reflete diretamente na segurança pública mais especificamente na Polícia Militar do Estado de Goiás que além de outras instituições atua em conjunto com o poder judiciário.

ABSTRACT

Keywords:
Custody Hearing.
Public Security.
Prisons in the act.
Military Police of the State of
Goiás.

The present article sought to identify the real impacts caused by public custody hearings in the State of Goiás, as well as to demonstrate statistical data on the decisions taken by the magistrate in such hearings. These data were collected through a survey carried out with the 7th criminal branch of Goiânia responsible for conducting the hearings in the capital, as well as with the Public Security Observatory of the State of Goiás. It was found that approximately 55% of the arrests in flagrante first quarter of 2018 were converted into provisional release. This factor sometimes generates the demotivation of the police who deal daily with crime, in addition it is important to emphasize that there is a policy of disqualification, where due to the lack of structure in the Brazilian prison system sometimes seeks to redress the current situation of prisons. It was possible to analyze that in a short period of time there is a high rate of arrests in flagrante and to verify characteristics, profile and other aspects about the audiences. The research proves important, since it shows the peculiarities of the institute and the outcomes of the magistrates' decisions. It is important to discuss the matter, as it directly reflects on public security, specifically the Military Police of the State of Goiás, which, in addition to other institutions, acts jointly with the judiciary.

Introdução

A audiência de custódia foi recepcionada pelo Brasil em virtude das ratificações existentes de tratados internacionais que versam sobre direitos humanos. O conselho nacional de justiça conceitua-a como: projeto de criação de uma estrutura multidisciplinar nos Tribunais de Justiça que receberá os presos em flagrante para uma análise prévia sobre a necessidade da manutenção da medida, bem como o cabimento de medidas alternativas à prisão, e estabelece que o preso em flagrante seja apresentado no período máximo de 24 horas a um juiz de Direito.

Não há o que se discutir a respeito da legalidade de tal medida, as críticas existentes são sobre a eficácia ou ineficácia da audiência no cumprimento da legislação ora vigente, e se esta enfraquece a credibilidade do serviço policial que diariamente atuam no combate à criminalidade. Diante do exposto, será realizada uma pesquisa bibliográfica a fim de analisar as consequências, a validade, finalidade e seus aspectos gerais.

Com base nisso, foi levantado o seguinte questionamento: De que forma as audiências de custódia têm interferido na atuação da Polícia Militar do Estado de Goiás?

O objetivo do presente artigo é analisar o impacto que as audiências de custódia causam na atuação da polícia militar, bem como para a sociedade verificando seus aspectos jurídicos e sociais. Identificando, inclusive, o reflexo que este instituto jurídico gera no

*Aluna do Curso de Formação de Praças - Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás – CAPM, thaislt@pm.go.gov.br;
**Professor Orientador: Professor do Programa do Curso de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás, paulapft@hotmail.com.

cumprimento do dever policial

A pesquisa possui uma alta relevância para a corporação da Polícia Militar do Estado de Goiás, haja vista que esta atua na defesa do direito da sociedade que por muitas vezes, não os tem de forma eficaz, inclusive o policial militar que lida repetidamente com os diversos ilícitos, por isso surge a importância da discussão do tema, uma vez que as audiências de custódias apesar da legalidade de tal instituto, gera por muitas vezes no policial militar a sensação de ineficácia e desonra no seu estrito cumprimento do dever legal, pela fato de muitas vezes o Juiz considerar que não há necessidade da manutenção da prisão, levando em consideração o seu livre convencimento motivado.

1 Revisão de Literatura

A audiência de custódia ou audiência de (apresentação) é um instrumento processual no qual determina que toda pessoa presa em flagrante seja apresentada ao juiz dentro do período de 24 horas, onde este irá verificar a necessidade da manutenção da prisão e além disso, a viabilidade desta, analisando pressupostos da integridade física e psíquica do indivíduo e precipuamente a legalidade da prisão.

A definição de tal instrumento pelo Conselho Nacional de Justiça:

Projeto Audiência de Custódia consiste na criação de uma estrutura multidisciplinar nos Tribunais de Justiça que receberá presos em flagrante para uma primeira análise sobre o cabimento de medidas alternativas ao cárcere, garantindo que presos em flagrante sejam apresentados a um juiz de Direito, em 24 horas, no máximo.

A convenção Americana sobre Direitos Humanos conhecida como Pacto de São José da Costa Rica em seu artigo 5º, item 1. aduz que “toda pessoa tem o direito de que se respeite sua integridade física, psíquica e moral” e seguinte em seu artigo 7º, item 5 estabelece que:

Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo.

Na ocasião, o magistrado fará indagações ao preso sobre como ocorreu a prisão e flagrante, bem como a sua condução para as repartições competentes.

A resolução (213/2015), especifica algumas medidas que poderão ou não ser adotadas pelo magistrado, a saber: relaxamento da prisão ilegal; concessão de liberdade provisória com ou sem fiança; conversão da prisão em flagrante em preventiva e adoção de outras medidas necessárias à preservação de direitos da pessoa presa.

Ao se falar em audiência de custódia em paralelo com a atuação das polícias militares do país, muito se discute se tal instituto interfere negativamente na atuação da polícia ou não. Mas a audiência de custódia ainda não demonstra-se totalmente eficaz, uma vez ainda são necessárias algumas mudanças para que tal medida se torne eficaz e traga segurança para a sociedade. No momento da oitiva, conforme especificado no artigo 4º parágrafo único da Resolução 213/2013 “é vedada a presença dos agentes policiais responsáveis pela prisão ou pela investigação durante a audiência de custódia.”

O preso, portanto, pode relatar inclusive o que não ocorreu no momento da sua prisão/condução como por exemplo, uma lesão corporal ou tortura. Pois a Resolução (213/2015), prevê em seu art. 8º, inc. VI, que o magistrado deverá “perguntar sobre o tratamento recebido em todos os locais por onde passou antes da apresentação à audiência, questionando sobre a ocorrência de tortura e maus tratos e adotando as providências cabíveis.” Descreve ainda que havendo declarações dos presos que houve tortura, maus tratos etc., será averiguada e adotada as providências legais cabíveis.

Mas o pressuposto que também deve ser analisado, é que em muitas ou senão na maioria das ocorrências é necessário utilizar o uso seletivo da força para conter o agressor que oferece resistência à prisão, procurando resguardar a integridade física do próprio agressor, do policial bem como de terceiros. Onde tal medida torna-se necessária.

Para o corpo da segurança pública no Brasil, que lida repetidamente com policiamento ostensivo, reconhece que a audiência de custódia um risco para a sociedade, e uma desonra para as corporações, muitos consideram ainda que tal medida favorece os presos, tão somente. A audiência de custódia há sim seus pontos positivos, pois zela pela dignidade

da pessoa humana, que se violada os responsáveis deverão ser punidos.

Entretanto, há um viés negativo qual seja a impunidade de alguns indivíduos que violaram as normas penais e que são colocados nas ruas sem a devida punição, e a maior vítima torna-se a sociedade, deveria esta ter confiança em seu ordenamento jurídico, mas não encontra tal respaldo. O Estado na qualidade de agente garantidor deve estabelecer a paz social, contudo, no Brasil contemporâneo é possível identificar um retrocesso na defesa da sociedade.

O autor NUCCI (2016), faz críticas a respeito da audiência de custódia e considera tal instituto como uma manobra no que diz respeito a superlotação nos presídios, não sendo necessário dessa forma serem gastos recursos para solucionar o problema da superlotação existente no sistema carcerário brasileiro.

Há um grande índice de reincidentes nas audiências de custódia, por serem considerados primários outrora, são soltos em seguida voltam a cometer ilícitos penais gerando então, a sensação de impunidade por partes dos agentes policiais responsáveis pela prisão, bem como pela a população que sofre diariamente receio de serem vítimas a qualquer instante. O que se discute pelos agentes de segurança pública não é a legalidade da audiência, pois essa foi recepcionada pelo Brasil com base no princípio norteador da CF que é a dignidade da pessoa humana, contudo, o que é colocado em discussão é a falta de eficácia dela, e a brecha da justiça brasileira na defesa da sociedade.

Uma das maiores críticas para os agentes supramencionados, é a de que deve existir uma análise mais detalhada do caso concreto, não devendo o magistrado ficar adstrito no depoimento ao depoimento do preso, no qual há uma grande probabilidade deste distorcer os fatos ocorridos no momento da prisão, sendo necessário analisar os princípios da proporcionalidade e razoabilidade existentes em nosso ordenamento.

Vale ressaltar, que a prisão deve ser respaldada na legalidade, não devendo existir abusos de autoridade nem tampouco nenhum tipo de tratamento desumano ou degradante por parte dos agentes em sua atuação, tal condutas devem ser repudiadas, visando garantir os direitos humanos.

2 Metodologia

O presente artigo tem como objetivo analisar o impacto que as audiências de custódia geram na atuação da polícia militar do Estado de Goiás, especificamente na cidade de Goiânia. Onde será realizada uma pesquisa de campo, buscando coletar dados institucionais da 7ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, bem como no observatório da Polícia Militar de Goiás.

O período a ser analisado será o primeiro trimestre de 2018, com o objetivo de identificar quantas audiências foram realizadas, as decisões dos magistrados acerca das audiências e além disso, verificar quantas prisões foram relaxadas, bem como o número total de prisões em flagrante no período supramencionado.

No contexto das audiências de custódia no cenário contemporâneo, muito tem se questionado a respeito da sua eficácia/ineficácia e a real consequência gerada por ela no que diz respeito ao combate à criminalidade. Surge então a necessidade de realizar um levantamento jurídico com base em dados concretos.

Após a análise de campo, serão confeccionados quadros, gráficos e relatórios com o intuito de expor os dados obtidos em pesquisa que serão discutidos minuciosamente. Além dos dados institucionais, serão utilizadas obras bibliográficas, buscando identificar e analisar diversas particularidades a respeito do assunto com base no arcabouço jurídico.

Por fim todos os dados coletados serão analisados e posteriormente discutidos a fim de servirem de base para tomadas de decisões da cúpula estratégica da Polícia Militar do Estado de Goiás e sobretudo, como uma fonte de informação para sociedade, para outros órgãos de segurança e afins. Ao fim, poderá atingir um resultado seja ele conclusivo ou não acerca do problema inicial.

3 Resultados e discussões

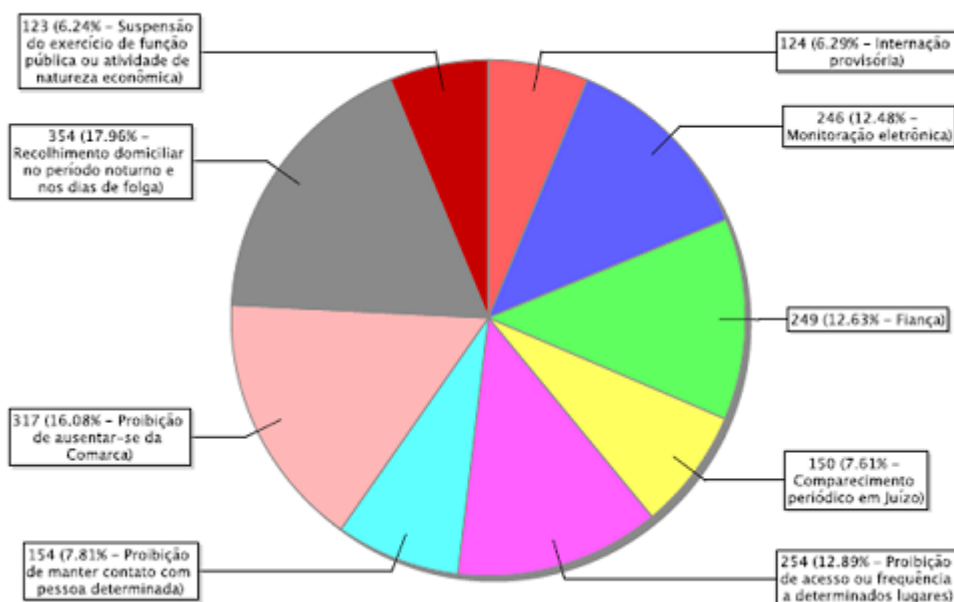
Com base nos dados obtidos junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, sendo a 7ª Vara Criminal responsável pela realização das audiências de custódia em Goiânia-GO, foi possível identificar que entre 01/01/2018 à 30/03/2018 foram realizadas 1158 audiências, sendo que em 55% dessas foram concedidas liberdade provisória, em 41% dos casos a prisão em flagrante foi convertida em preventiva e em 2% houve o relaxamento da prisão pelo Juiz.

Decisão da Audiência



Além dessas decisões supramencionadas, nos crimes punidos com reclusão por vezes são concedidas pelo magistrado medidas cautelares diversas da prisão, com base em dados institucionais fornecidos pelo Tribunal de Justiça de Goiás no lapso temporal entre Janeiro a Abril de 2018, identificou-se que as medidas mais comuns aplicadas são: suspensão do exercício da função pública ou atividade de natureza econômica; monitoração eletrônica; recolhimento domiciliar no período noturno; fiança; proibição de ausentar-se da comarca; internação provisória; proibição de manter contato com pessoa determinada; proibição de acesso a determinados lugares e comparecimento periódico em juízo.

Medidas Cautelares



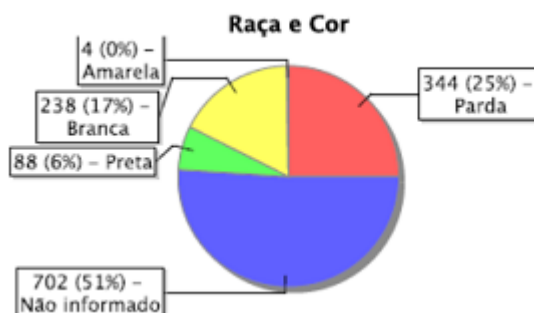
Dados estatísticos das Medidas Cautelares no período de 01/01/2018 a 30/04/2018
 Órgão: Goiânia - 7º Vara Criminal (crimes Punidos Com Reclusão)

No período, foram totalizadas 1971 medidas cautelares diversas da prisão da prisão.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no lapso temporal entre Janeiro e Março demonstra que houve a soltura de 57% das pessoas presas após a audiência de custódia, isso acaba gerando um fator desmotivador para quem diariamente combate a criminalidade, bem como dúvidas acerca da eficiência do instituto, pois a porcentagem demonstra-se alta em curto espaço de tempo, qual seja 3 meses.

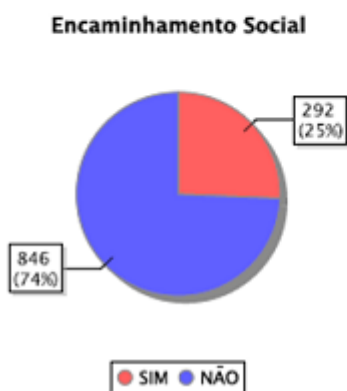
O perfil dos autuados no período entre 01/01/2018 e 30/03/2018, bem como carac-

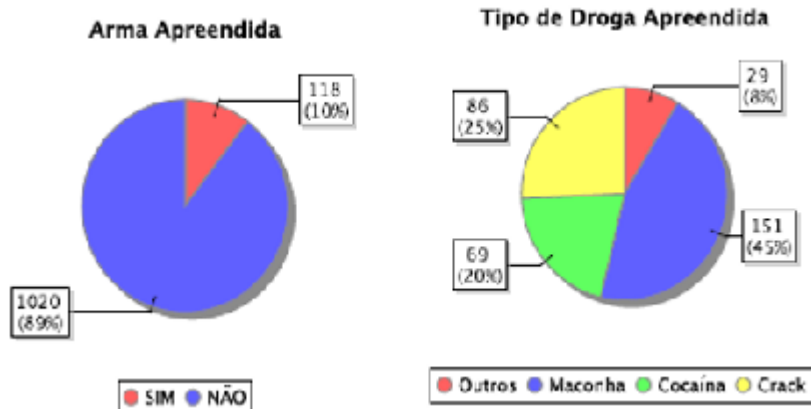
terísticas e demais informações apresentadas nos gráficos a seguir:



Abaixo demais dados a serem considerados no período inicialmente exposto, como drogas apreendidas, tipos de drogas apreendidas, arma apreendida, encaminhamento social e investigação de tortura.

Dados estatísticos das Audiências no período de 01/01/2018 a 30/03/2018
 Órgão: Goiânia - 7º Vara Criminal
 (crimes Punidos Com Reclusão)





Percebe-se que em 3% das audiências de custódia geram a investigação de tortura, visando identificar se a integridade física e/ou psíquica do preso foi violada. Contudo, de acordo com a Associação dos Magistrados de Goiás faz-se necessária uma avaliação criteriosa. Isso, devido em muitos casos os presos gerarem falsos relatos/acusações, ponto muito debatido entre integrantes da segurança pública, uma vez que ao se sentirem “pressionados” ou com receio das consequências do cumprimento do dever, acaba por limitar atuação destes.

Ao analisar os dados desta pesquisa, podemos então pontuar que o alto índice de presos soltos nas audiências de custódia vêm tornando-se cada vez mais recorrente, e a tendência não é diminuir, haja vista que devemos considerar outros fatores, não só estatísticos. Fatores como a política de desencarceramento onde busca-se descongestionar o sistema penitenciário brasileiro.

4 Considerações finais

O presente artigo possibilitou evidenciar um estudo aproximado da relação jurídica do instituto Audiência de Custódia, recepcionado pelo Brasil através de ratificação de tratados internacionais visando garantir os direitos humanos, onde estabeleceu-se que todo preso em flagrante deve ser apresentado à autoridade competente, onde serão analisados pressupostos da integridade física e psíquica do indivíduo. Em Goiânia, no primeiro trimestre de 2018 foram realizadas 1158 audiências, embora haja uma resposta efetiva dos órgãos de segurança frente a criminalidade, ainda existem fatores que minimiza a eficiência destas.

A pesquisa realizada junto a 7ª Vara Criminal de Goiânia, evidenciou que no primeiro trimestre de 2018 foram realizadas 1.158 audiências e que 55% das prisões foram convertidas em liberdade provisória e em 2% dos casos houve o relaxamento. Com base nisso, é possível afirmar que há um alto índice de prisões em flagrante, em um curto espaço de tempo. Ao discutir o tema, é importante destacar que embora existam empecilhos na prestação de um serviço de segurança pública de qualidade, é importante uma haja integração efetiva entre os poderes buscando viabilizar e dar efetividade para a segurança pública, que é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.

Conclui-se, portanto, que a audiência de custódia independentemente se é ou não eficaz, é um instituto legal que visa proteger o indivíduo garantindo-o seus direitos fundamentais respaldados na carta magna brasileira. Muitas vezes não demonstram-se eficazes, mas a Polícia Militar do Estado de Goiás atua diariamente no combate à criminalidade independentemente dos fatores que não contribuem para sua efetividade, pois a essa é dada o dever da garantia da ordem pública, sempre existirão fatores secundários que irão refletir negativa ou positivamente na prestação da segurança pública.

Como sugestão para pesquisas futuras, indica-se o estudo das consequências ocasionadas perante a sociedade, além do espaço jurídico e institucional aqui discutido.

Referências

Brasil. Conselho Nacional de Justiça. Audiências de custódia. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/audiencia-de-custodia>>. Acesso em: 30 março. 2018.

BRASIL. Decreto nº 678. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). Brasília. 1978.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Decreto nº 592. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Brasília. 1992.

GOIÁS, Associação de Magistrados do Estado de Goiás. Nota técnica. 2015. Disponível em: <<https://asmego.org.br/2015/05/27/manifestacao-dos-magistrados-do-estado-de-goias/>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal. 15ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

SILVA, Arthur dos Santos. Promotora critica audiências de custódia e avisa: “tranquem suas casas cidadãos de bem”. Disponível em: <<http://www.olhardireto.com.br/jurídico/noticias/exibir.asp?id=31097>>. 2016. Acesso em: 04 abril. 2018.